



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº /2010 – TJ.

Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, no ano de 2011 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento e organização das atividades dos órgãos do Poder Judiciário, especialmente as audiências e o plantão judiciário;

CONSIDERANDO a necessidade de proporcionar ampla publicidade acerca dos dias em que não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário maranhense; e

CONSIDERANDO que o plantão judiciário, nos dias em que não há expediente forense, atua como mecanismo para apreciação de requerimentos judiciais de natureza urgente;

R E S O L V E

Art. 1º Não haverá expediente no âmbito do Poder Judiciário estadual nos seguintes dias:

- 07 de março (segunda-feira) – Feriado Forense (art. 83, §2º, da LC nº 14/91);
- 08 de março (terça-feira) - Carnaval;
- 21 de abril (quinta-feira) - Tiradentes;
- 22 de abril (sexta-feira) - Paixão de Cristo;
- 23 de junho (quinta-feira) - *Corpus Christi*;
- 28 de julho (quinta-feira) - Adesão do Maranhão à Independência;
- 07 de setembro (quarta-feira) - Independência do Brasil;
- 12 de outubro (quarta-feira) - Nossa Senhora Aparecida;
- 28 de outubro (sexta-feira) – Servidor Público;
- 02 de novembro (quarta-feira) - Finados;
- 15 de novembro (terça-feira) - Proclamação da República;
- 08 de dezembro (quinta-feira) - Dia da Justiça/Nossa Senhora da Conceição.

Art. 2º Não haverá expediente nos órgãos do Judiciário situados na capital, nos seguintes dias, considerados feriados municipais:

- 29 de junho (quarta-feira) – São Pedro;
- 08 de setembro (quinta-feira) – Fundação de São Luís.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 3º Além dos feriados elencados no art. 1º desta Resolução, também não haverá expediente judiciário nas comarcas do interior nos feriados definidos em lei municipal.

Art. 4º São considerados pontos facultativos no âmbito do Poder Judiciário estadual os dias:

- 09 de março (quarta-feira) – Cinzas;
- 20 de abril (quarta-feira) – Semana Santa.

Art. 5º Suspende o expediente no âmbito do Poder Judiciário estadual nas seguintes datas, compreendidas entre feriados e finais de semana:

- 24 de junho (sexta-feira) – sucede ao feriado de *Corpus Christi*;
- 29 de julho (sexta-feira) – sucede ao feriado da Adesão do Maranhão à Independência;
- 14 de novembro (segunda-feira) - antecede ao feriado da Proclamação da República;
- 09 de dezembro (sexta-feira) – sucede ao feriado do Dia da Justiça.

Art. 6º Suspende, exclusivamente, nos órgãos do Poder Judiciário situados na capital, o expediente do dia 09 de setembro (sexta-feira), que sucede ao feriado da Fundação de São Luís.

Art. 7º As horas não trabalhadas referentes aos dias elencados no art. 5º e 6º deste Ato, poderão ser compensadas, em período oportuno do mesmo exercício, à razão de 01 (uma) hora por dia, a critério da Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 8º Os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a observância pelo Judiciário.

Art. 9º Nos dias em que não houver expediente funcionará o Plantão Judiciário.

Art. 10 Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 12 de novembro de 2010.

Desembargador JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
Presidente